



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

28, 29 e 30 de julho 2012



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

| | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|-----------------------|
| Veículo: Correio Braziliense - DF | Editoria: Educação | Data: 29/07/12 |
| Assunto: Investir na Educação dos filhos exige esforço e disciplina dos pais | | Página: Online |

CORREIO BRAZILIENSE

Investir na Educação dos filhos exige esforço e disciplina dos pais

Estudo mostra como planejar os gastos com o ensino até a pós-graduação

A Educação no Brasil é cara, mas nem sempre de boa qualidade. Transformar um filho em doutor não é uma tarefa impossível, no entanto, se a vida acadêmica for cuidadosamente planejada. Estudos do Instituto DSOP de Educação Financeira (www.dsop.com.br) apontam que, do nascimento a um curso de especialização depois da faculdade, um filho de classe média consome cerca de R\$ 20 mil por ano, pouco menos de 40% da renda de uma família de três pessoas, com ganho mensal de R\$ 4 mil. Em 25 anos, serão investidos R\$ 509.800 na Educação. Mestrado e Doutorado vão exigir, pelo menos, mais R\$ 100 mil, aproximadamente. À primeira vista, pode parecer algo inacessível. Mas não é. Basta observar que, incluindo o 13º salário, a família recebe R\$ 52 mil, ao longo de 12 meses. Em 25 anos, o ganho acumulado chega a R\$ 1,3 milhão. Os valores variam de acordo com o padrão de cada grupo social. Uma Escola privada tradicional pode ser mais cara. André Perfeito, economista-chefe da Gradual Investimentos, assinala que, apenas na graduação (faculdade) e no mestrado em sua área, desembolsou R\$ 134 mil. O investimento vale a pena, porque o Brasil, apesar de viver um momento de pleno emprego, carece de mão de obra qualificada, o que causa sérios problemas ao país. Para suprir as necessidades, as empresas contratam pessoas de fora em caráter temporário. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) comprovam que a entrada de estrangeiros para tapar esse buraco cresceu 33% apenas nos três primeiros meses de 2012, na comparação com o mesmo período do ano passado.

Dificuldades

“Não se faz um doutor do dia para a noite. É preciso disciplina. E se a Educação fundamental não for boa, as dificuldades para chegar lá são ainda maiores”, afirma Reinaldo Domingos, Educador financeiro do DSOP. Em seus cálculos, as despesas antes do nascimento, até o parto — mobília, equipamentos, consultas médicas — são de R\$ 15,5 mil. Nos dois primeiros anos, fraldas, babá e escolinha custam mais R\$ 34 mil. Daí até os 25 anos, só com Educação, em colégio particular, o desembolso será de R\$ 178,4 mil. Sem esquecer despesas com locomoção, inclusive compra e manutenção de um veículo quando o adolescente chegar aos 18 anos (R\$ 86,2 mil), além de R\$ 195,7 mil com presentes de aniversário, viagens, passeios e lazer.

O esforço, no entanto, não deve ser apenas dos pais. O Aluno com notas boas pode pleitear bolsas de estudo ou entrar em projetos governamentais. O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies, sisfiesportal.mec.gov.br/), do Ministério da Educação, financia a graduação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. A cada três meses, o estudante pagará, no máximo, R\$ 50, referentes aos juros. Concluído o curso, goza de carência de 18 meses, para recompor o orçamento. Depois, o saldo devedor será dividido em até 13 anos, com juros de 3,4% anuais.

Na pós-graduação *stricto sensu* (mestrado, doutorado e pós-doutorado), se mantiver o bom desempenho, o estudante pode lançar mão de auxílio da Coordenação de Aperfeiçoamento de



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Pessoal de Nível Superior (Capes, www.capes.gov.br) ou do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, www.cnpq.br). Essas bolsas de estudo estão atualmente em R\$ 1.350 por mês (mestrado), R\$ 2 mil (doutorado) e R\$ 3,7 mil para quem quiser fazer o pós-doutorado. Recentemente, o governo criou o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF, www.cienciasemfronteiras.gov.br), apostando na formação de pesquisadores. Até 2015, serão 101 mil bolsas bancadas pelo governo — com investimento de R\$ 3,2 bilhões — e 75 mil pela iniciativa privada. A medida já conta com o apoio de várias instituições educacionais do mundo inteiro, principalmente dos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra.

Retorno financeiro

Além de excelente investimento em conhecimento para a vida toda, a pós-graduação também acarreta retorno financeiro. Mas é fundamental fazer a escolha certa. Mestrado e doutorado são para quem quer seguir a vida acadêmica. A especialização e o MBA (Master of Business Administration) são mais voltados para o mercado de trabalho. E existem várias opções gratuitas e de qualidade. O curso da Coppead, o instituto de pós-graduação e pesquisa em administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com duração de 24 meses, é o único brasileiro no ranking do Financial Times, em 51º lugar. Segundo o jornal britânico, ao longo de três anos, o avanço na carreira é tão grande que os formados chegam a ter aumento de 151% no salário. A Pesquisa Salarial e de Benefícios do Catho On-line (www.catho.com.br), site com vagas de empregos em todo o Brasil, também comprova o impacto do grau de instrução no salário de diferentes níveis hierárquicos nas empresas. A média salarial de quem tem MBA ou mestrado e doutorado cresce principalmente em cargos de diretoria. Para quem iniciou o curso superior, mas não concluiu a graduação, o ganho é de aproximadamente R\$ 15,5 mil. Com diploma, sobe para R\$ 16,6 mil. O MBA já permite que o rendimento de um diretor salte para R\$ 19,6 mil. Valor bem próximo ao dos doutores e mestres (R\$ 19,9 mil). Os números são convidativos. Mas é necessário, primeiro, que o Aluno identifique a área na qual pretende se especializar para complementar sua formação. E procure uma Escola bem avaliada pelo MEC. A Associação Nacional de MBA (Anamba, www.anamba.com.br), é o órgão regulador do setor privado no Brasil. De acordo com os parâmetros da instituição, a carga horária do MBA é de 500 horas — enquanto uma simples especialização pode ter 360 horas. Além disso, para ter sucesso, o Aluno precisa de uma boa dose de realismo. Segundo especialistas, quem não tem pais ricos, precisa trabalhar e estudar, ou seja, deve se poupar de esforços econômicos, sociais e emocionais exagerados. O importante é tirar o melhor proveito possível das oportunidades. O MBA, nesse caso, é o mais indicado, porque toma menos tempo e não afasta a pessoa do seu ambiente de trabalho.

Base sólida

“Ter os pés no chão é a melhor escolha. O Brasil tem um Ensino público de péssima qualidade. Em geral, quem estudou em Escola pública (a maioria do país) não tem condições de concorrer com os outros que vieram dos colégios de ponta”, analisou Fabricio Pessato, coordenador do curso de Ciências Contábeis, da Faculdade Metrocamp, do Grupo Ibmecc. Para ele, nem todos vão realmente se beneficiar de mestrado e doutorado. É por isso que o governo já deveria ter percebido que precisa jogar o foco no estudo fundamental. Com uma base sólida, a capacidade produtiva e do salário do trabalhador tende a subir a níveis internacionais. “Demora décadas. Mas, quando chegarmos lá, o Brasil perderá, finalmente, o ranço do colonizado que incentiva a ignorância dos menos favorecidos para manter uma ultrapassada dominação”, enfatizou Pessato.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

| | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|-----------------------|
| Veículo: Câmara dos Deputados | Editoria: Notícias | Data: 27/07/12 |
| Assunto: Comissão especial vai propor um novo modelo para o Ensino Médio no País | | Página: Online |



Comissão especial vai propor um novo modelo para o Ensino Médio no País

Para deputado, sistema atual não atende às demandas da economia nem às expectativas dos jovens

A cada 100 alunos que entram no ensino fundamental, apenas 44 continuam nos bancos escolares até o ensino médio. Desses 44, metade abandona as salas de aula e somente 12 chegam à universidade, conforme dados coletados no ano passado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Um dos principais motivos para esses índices, segundo o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), é a inadequação do ensino médio à realidade dos jovens. Uma comissão especial da Câmara pretende ajudar a resolver o problema.

Instalada no dia 23 de maio, a Comissão Especial da Reformulação do Ensino Médio reúne até o momento 24 deputados de 13 partidos para encontrar um modelo melhor para a última fase da educação básica no País. “O problema é que o modelo atual é uma etapa meramente intermediária para que aluno possa chegar à universidade. Por isso, não responde às demandas da economia brasileira nem às expectativas de nossos jovens”, argumenta Lopes, que preside o grupo.

O relator, deputado Wilson Filho (PMDB-PB), explica que o colegiado deve realizar, a partir de agosto, reuniões com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, com técnicos da pasta, secretários de educação, gestores de centros de ensino, pesquisadores nacionais e estrangeiros, além de representantes de entidades que atuam na área. Um relatório preliminar, a ser elaborado até novembro, deverá nortear discussões a respeito do tema em diversos estados. A ideia é que o grupo chegue a uma proposta de alteração da legislação atual sobre o ensino médio até o final do próximo ano.

Conteúdos obrigatórios

Amanda Feitoza é aluna de uma grande escola em Brasília, o Setor Leste. A menina, que pretende estudar medicina, reclama das aulas de física: “Não vou usar essa disciplina para nada, tenho certeza de que isso não fará parte do meu futuro profissional”. Para Roger Vila Nova, colega de Amanda, o problema está nas aulas de química: “Além de não entender todo o conteúdo, sei que nunca irei usá-lo”.

As queixas não são isoladas e boa parte dos estudantes não entende o porquê de determinados conteúdos escolares serem obrigatórios. O problema é que nem todos os alunos pretendem



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

frequentar um curso superior e, além disso, muitas matérias são imediatamente esquecidas após a entrada na universidade. “O conflito aumenta a cada dia: a carga horária é intensa e a maior parte do conteúdo vira uma grande decoreba. Consequência disso é o desinteresse cada vez maior pelo ensino médio”, avalia o doutor em Educação e professor da Universidade de Brasília (UnB) Remi Castioni.

Uma saída possível é a estruturação das aulas a partir de áreas de conhecimento, como ciências, cultura, tecnologia e esporte. Cada estudante deveria, portanto, escolher a sua área de interesse, que seria priorizada na grade horária, sem deixar de lado os outros conteúdos. A medida já é implementada, com particularidades, em outros países, como a França, e recebe elogios de alguns alunos, como a Amanda: “A partir do momento em que escolhemos o que vamos estudar, damos valor para aquilo”.

A opção, no entanto, não é unânime. O professor de história Luiz Guilherme Batista acredita que a segmentação do ensino médio pode diminuir a qualidade do aprendizado e, pior, limitar as escolhas profissionais dos estudantes. “Um adolescente não pode definir com 15 anos o que será para o resto da vida. O atual ensino, apesar de seus defeitos, permite que o aluno tenha a chance de fazer uma opção mais ampla. Se ele não tiver acesso a informações gerais em boas aulas, que chance terá de gostar de filosofia, por exemplo?”, questiona.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

| | | |
|----------------------------------------|----------------------------|-----------------------|
| Veículo: O Estado de São Paulo | Editoria: Editorial | Data: 28/07/12 |
| Assunto: Insensatez na Educação | | Página: A2 |

O ESTADO DE S. PAULO

Insensatez na Educação

"O que se teme é que, além de prejudicar programas de saúde e saneamento, a destinação de 10% do PIB para a Educação aumente os gastos perdulários", afirma jornal

Comemorada por estudantes, Professores, movimentos sociais e ONGs, a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a Educação, aprovada pela Câmara às vésperas do recesso legislativo de julho, é uma insensatez que está se convertendo em enorme problema político para o governo. O primeiro equívoco foi cometido em 2010 pelo Ministério da Educação. Apesar de o Brasil ter elevado os investimentos no setor de 3,9% para 5,1% do PIB, entre 2003 e 2009, aproximando-se do percentual aplicado pelos países desenvolvidos e vários países em desenvolvimento, a equipe do ministro Fernando Haddad cedeu a pressões e previu o gasto mínimo de 7% no projeto do Plano Nacional de Educação (PNE) da atual década.

O segundo equívoco foi cometido há um mês. Preocupados em levantar uma bandeira política para as eleições de outubro, deputados de todos os partidos - inclusive da base aliada - aumentaram de 7% para 7,5% do PIB o gasto mínimo do poder público em Ensino. A elevação de 0,5% do PIB no orçamento da Educação representa R\$ 25 bilhões a mais em investimentos. Mas, na hora da votação, os líderes partidários, argumentando que havia necessidade de recursos para a implantação do regime de tempo integral no Ensino fundamental, aprovaram 10% do PIB.

Às vésperas da votação, o Ministério da Fazenda tentou persuadir as lideranças partidárias a rejeitar a proposta de 10% do PIB, mas o fez de forma pouco enfática, para não atrapalhar a campanha de Haddad à Prefeitura de São Paulo. Esse foi o terceiro equívoco. Ao cobrar responsabilidade fiscal e orçamentária da Câmara, o governo ouviu que o Senado poderá derrubar a proposta de 10% do PIB sem maiores constrangimentos políticos, depois das eleições de outubro.

Como estudantes e Professores já afirmaram que se mobilizarão para impedir a reeleição dos senadores que votarem contra a proposta, o Palácio do Planalto teve de se mexer para evitar que esses equívocos se convertam em desastre, quando ela for votada pelo Senado. Depois de passar o primeiro semestre tentando se equilibrar entre a austeridade fiscal e a demanda por mais gastos federais feita por entidades que sempre estiveram na base do PT, o ministro Aloizio Mercadante finalmente foi taxativo.

"É impossível cumprir a decisão da Câmara. Para chegar a 10% do PIB, são necessários R\$ 210 bilhões - o equivalente a cinco CPMFs - e não há espaço para a criação de novos impostos", disse ele. Mercadante também lembrou a relação entre demografia e Educação - tema que Haddad desprezou, por conveniência eleitoral. Como a população está envelhecendo, o número de pessoas em idade Escolar começou a diminuir. Entre 2009 e 2011, houve redução de 1,8 milhão de matrículas na rede



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

pública de Ensino fundamental. Em 2010, havia 47,1 milhões de brasileiros em idade Escolar e, segundo o IBGE, haverá 41,5 milhões, em 2020.

Por causa do envelhecimento da população, a equipe econômica do governo alega que, se os municípios, os Estados e a União mantiverem o atual nível de gasto de 5,1% do PIB, seria possível aumentar o investimento por Aluno em 45%, até 2020, já descontada a inflação. O mesmo argumento também é invocado pelas ONGs do setor. "Do jeito que as coisas estão, dinheiro a mais não causará impacto", diz a diretora do Todos Pela Educação, Priscila Cruz, depois de afirmar que o problema do setor não é de escassez de recursos, mas de gestão.

O que se teme é que, além de prejudicar programas de saúde e saneamento, a destinação de 10% do PIB para a Educação aumente os gastos perdulários. A partir de 2003, por exemplo, o governo Lula expandiu sem planejamento as universidades federais. Além de ter criado instituições onde não havia demanda e não ter cobrado resultados, ele negligenciou a formação básica de crianças e jovens, menosprezando a qualidade da formação técnica. Não há dúvida de que a Educação é prioritária. Mas a destinação de recursos para a área deve ser compatível com as realidades demográfica e orçamentária. É isso que o Senado tem de compreender, quando votar o PNE.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

| | | |
|-----------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Veículo: O Estado de São Paulo | Editoria: Vida | Data: 30/07/12 |
| Assunto: Professor é quem mais influencia leitores | | Página: A22 |

O ESTADO DE S. PAULO

Professor é quem mais influencia leitores

Pela primeira vez os docentes aparecem no topo da lista; antes, as mães eram as figuras mais lembradas

Se o País quiser melhorar o índice de leitura dos seus habitantes, é fundamental investir na capacitação do Professor para esse fim. A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, feita pelo Instituto Pró-Livro no ano passado, mostrou que os Professores são os maiores influenciadores desse hábito. Entre as 5 mil pessoas ouvidas em todo o Brasil, 45% apontaram os mestres como tal.

Essa foi a terceira pesquisa da série (iniciada em 2001) e, pela primeira vez, os Docentes aparecem no topo da lista. No levantamento anterior, feito em 2007, as mães eram a figura mais lembrada nesse quesito. Elas apareciam com 49% das indicações, ante 33% dos Professores. Dessa vez, tiveram dois pontos percentuais a menos que eles: 43%.

"Isso mostra a crescente importância da Escola frente ao papel dos pais, que muitas vezes não conseguem dar esse exemplo", afirma Karine Pansa, presidente do Instituto Pró-Livro. "Logo, se tem esse status de influenciador, o Professor precisa ser letrado, gostar de ler."

No Brasil, no entanto, muita gente ainda corre dos livros. O resultado da pesquisa mostrou que apenas 50% dos brasileiros são considerados leitores - segundo a metodologia, pessoas que leram pelo menos um livro nos três meses precedentes ao questionário da pesquisa. É um índice menor que os 55% registrados em 2007.

Nesses quatro anos, o número de livros lidos por ano também caiu de 4,7 para 4. A queda pode ser entendida pela preferência das atividades de lazer. Em 2011, 28% disseram gostar de ler jornais, revistas, livros e textos na internet no tempo livre. O percentual era de 36% na pesquisa anterior, em 2007. Enquanto isso, o índice de quem gosta de assistir à TV subiu de 77% para 85%.

"Estamos muito longe de alcançarmos países historicamente leitores, como Espanha e Portugal, que registram 10,3 e 8,5 livros/ano por habitante, respectivamente", diz Karen. No Brasil, são os livros didáticos, lidos por obrigação, os campeões (mais informações nesta página).

Biblioteca. Um antídoto para isso, explica Karen, é exatamente o estímulo à biblioteca, equipamento ainda em desuso por aqui. "Precisamos ter estratégias. O público vai se interessar por um acervo bem catalogado, que tenha os livros mais vendidos, uma estante de obras que sempre se renove", diz.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A pesquisa mostrou que 75% da população não frequenta uma biblioteca. Dentre os que frequentam, a maioria (71%) considera o espaço um lugar para estudar; para 61% é um lugar para pesquisa; em seguida, aparece como um ambiente voltado para estudantes para 28% dos entrevistados; e, em quarto, com 17%, a biblioteca é apontada como um local para emprestar livros de literatura.

"Isso nos leva a pensar que se deve estabelecer modelos mais atrativos, com internet e filmes, por exemplo. E eu não acho que isso vá tirar o foco do local. Pelo contrário, serve de isca. A pessoa entra sem pensar no livro e sai de lá apaixonada por literatura."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

| | | |
|------------------------------------------------------|---------------------------|-----------------------|
| Veículo: O Globo | Editoria: Educação | Data: 30/07/12 |
| Assunto: Brasil ainda tem 1 milhão sem escola | | Página: Online |



Brasil ainda tem 1 milhão sem escola

Dados do IBGE revelam excluídos educacionais até em cidades grandes

São apenas cinco letras, mas rabiscá-las é um tremendo desafio. Com um caderno sobre as pernas, Mário, de 11 anos, quase desenha seu nome, a única palavra que sabe escrever, manuseando o lápis sem intimidade. O nome é fictício, a história, real. A deslumbrante paisagem que se vê da casa do menino, que só entrou para a escola há cerca de um mês, revela um problema que ainda persiste mesmo nos estados mais ricos. O franzino Mário vive seu drama particular no Morro do Vidigal, em São Conrado, debruçado sobre os bairros de maior renda do Rio.

Os números do Censo do IBGE mostram que, apesar de o problema ser mais grave nas regiões Norte e Nordeste, nenhum estado conseguiu até hoje incluir todas as crianças de 6 a 14 anos na escola. Esta população de não estudantes representa 3% do total da faixa etária. Pode parecer um percentual pequeno, mas é grave quando se considera que é quase um milhão de crianças que ainda não têm garantido um de seus direitos mais básicos, previsto pela Constituição de 1988: estudar. Se a esse grupo forem incorporados as crianças de 4 e 5 anos e os jovens de 15 a 17 (que passam a fazer parte da faixa etária de escolaridade obrigatória a partir de 2016), o número aumenta para 3,8 milhões, ou 8% do total.

Tabulações feitas pelo GLOBO nos microdados do Censo mostram que o problema é maior entre os mais pobres e crianças com algum tipo de deficiência. Os números também revelam que a maioria (62%) das crianças que não estudam dos 6 aos 14 chegou um dia a frequentar a escola, mas abandonou os estudos. O problema é ainda mais grave se consideradas as faixas etárias de 4 e 5 anos e de 15 a 17, que desde 2009 passaram a ser também obrigatórias, mas com prazo para adequação dos sistemas até 2016.

As razões mais citadas por especialistas para isso são falta de interesse, repetência, gravidez precoce e necessidade de trabalhar.

Mas há situações difíceis de entender. Como a de Mário (nome fictício). No Morro do Vidigal, há uma creche municipal e uma escola, a poucos metros da casa dele. Tímido, ele é um menino saudável, apto a aprender e que não esconde de ninguém que queria muito, muito estudar.

— Agora eu estou feliz — sorri e mais não diz o menino, que não conhece sequer o “i”, uma das vogais de seu nome (o verdadeiro também tem a letra). Ele revela apenas o que pretende fazer com os conhecimentos que começa a adquirir com seu primeiro professor. — Quero ler jornal e gibi.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Ex-representante da Unesco no Brasil e doutor em Educação pela Universidade de Stanford, o assessor internacional para a área de educação, Jorge Werthein, diz que o primeiro passo, nada fácil, é identificar essas crianças e adolescentes.

— O Brasil é um país de contrastes. Há estados importantes com uma grande periferia urbana e muitas desigualdades econômicas. Há estados com uma área rural significativa que sofrem com a falta de escolas. Num país continental, é uma tarefa árdua chegar a essas crianças e adolescentes por estado, por capital, por região metropolitana. Mas é preciso achá-los e depois convencê-los a ingressar ou a voltar para a escola — diz.

— Depois, nós temos que repensar a escola para que ela seja um espaço não apenas prazeroso, mas em que os alunos sintam que estão aprendendo. Uma escola ruim em qualquer lugar do mundo expulsa os alunos, com repetências e abandono. Deixa para eles a mensagem de que não são capazes, o que marca de forma brutal meninos e meninas — completa Werthein.

— Houve uma evolução inegável nos últimos dez anos. Mas ainda há muita criança fora da escola, situação agravada pelas desigualdades. Entre 4 e 5 anos, há 83% estudando no Sudeste, o que ainda é ruim, mas pior é haver só 69% dentro de sala de aula no Norte — afirma Andrea Bergamaschi, do movimento Todos pela Educação. — Para reverter este quadro, precisamos de políticas públicas cirúrgicas, específicas para cada situação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

| | | |
|--------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|-----------------------|
| Veículo: G1 | Editoria: Vestibular e Educação | Data: 30/07/12 |
| Assunto: MEC deve divulgar manual sobre a redação do Enem nesta segunda | | Página: Online |



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

MEC deve divulgar manual sobre a redação do Enem nesta segunda

*O ministro Mercadante deve apresentar o documento às 16h, diz Inep.
MEC também vai lançar edital para financiar pesquisas sobre o Enem.*

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, e o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Luiz Cláudio Costa, vão apresentar na tarde desta segunda-feira (30) o manual sobre as novas regras da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2012. A prova será nos dias 3 e 4 de novembro para 5,7 milhões de candidatos. O Enem é utilizado por dezenas de instituições públicas e particulares para o acesso ao ensino superior, além de ser o critério usado pelo Programa Universidade para Todos (Prouni) para a concessão de bolsas em instituições privadas.

De acordo com a assessoria de imprensa do Inep, a entrevista coletiva será realizada às 16h em Brasília. A partir deste horário, o manual será divulgado no site oficial do Enem 2012.

Ainda segundo a assessoria de imprensa, o MEC deve divulgar, nesta segunda, o lançamento de um edital para financiar pesquisas sobre metodologias e técnicas de avaliação sobre o Enem. O ministério deve investir R\$ 2 milhões em projetos de universidades que queiram estudar novos métodos de correção das provas, que poderão ser incorporados ao exame no futuro.

Mudanças

A criação do manual foi anunciada por Mercadante em maio deste ano. Na ocasião, o ministro afirmou que o MEC decidiu criar "filtros mais precisos para avaliar" a redação. A partir da edição de 2012 do Enem, cada prova será corrigida por dois corretores independentes, que avaliarão cinco competências. Caso as notas dos dois corretores tenham uma diferença de até 200 pontos, a nota final será feita a partir de uma média aritmética das duas avaliações. Até o ano passado, a margem de dispersão era de 300 pontos (a nota final do Enem varia de 0 a 1.000).

No entanto, se a diferença da nota final entre dois avaliadores for maior que 200 pontos, haverá uma terceira correção. Se persistir a diferença, uma banca com outros três avaliadores vai corrigir a redação. A banca será composta de três avaliadores e coordenada por um professor doutor.

Para executar o novo sistema, Mercadante anunciou o aumento de 40% no quadro de avaliadores, de 3.000 para 4.200 a partir deste ano.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Cinco competências

A redação deve cumprir cinco competências (*veja ao lado*), cada uma vale 200 pontos, para o total máximo de 1.000 pontos. Se em qualquer uma das cinco competências houver uma discrepância acima de 80 pontos nas duas notas, um terceiro corretor avaliará a prova. O processo já acontecia no ano passado, porém, a partir de 2012, a prova será encaminhada a uma banca certificadora caso, na terceira nota, também persista a dispersão. De acordo com o ministro, o edital com as novas regras será publicado no "Diário Oficial da União" de sexta-feira (25).

"Para fazer todas as mudanças criamos comitê científico, discutimos intensamente para chegar a essas conclusões e estamos bastante preparados para enfrentar este grande desafio para fazer o Enem mais seguro e que dê tranquilidade para os jovens que vão participar desse processo", disse o ministro da Educação.

Guia da redação

Mercadante afirmou que o Ministério da Educação vai distribuir a todos os alunos um guia para a redação do Enem, com as regras de correção e exemplos de redações modelo. Segundo o ministro, o Enem se tornou uma "peça estruturante do sistema de ensino superior do Brasil, porque na realidade ele é o grande instrumento de avaliação do mérito e desempenho dos alunos".

Sobre os candidatos terem acesso à correção da redação, Mercadante destacou que o MEC firmou um termo de ajustamento de conduta com a Justiça no final do ano passado, no qual ficou definido que os estudantes teriam acesso à prova. "Isso será mantido, o que estamos concluindo é a operacionalização. É uma operação complexa fazer com que cada aluno que solicite sua redação a receba onde ela deve chegar."

Ele creditou ao Enem o sucesso de programas como o Sistema de Seleção Unificado (Sisu), o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) e o Ciência Sem Fronteiras, que utilizam o resultado do exame como principal critério de seleção dos estudantes.

Esse alunos "chegaram pelo mérito, o acesso foi o Enem, é uma conquista republicana", disse Mercadante. "Estamos fazendo um refinamento do sistema para que a banca esteja sempre pronta a responder pelos casos de discrepância", disse Luiz Cláudio Costa, presidente do Inep.

Segundo Costa, as mudanças são uma busca do Inep por "um sistema cada vez mais justo" para avaliar os candidatos "dentro da subjetividade da avaliação de um texto".

A partir desta edição do Enem, os candidatos que fizeram a prova em busca da certificação do ensino médio terão de ter melhor desempenho. A pontuação mínima necessária subiu de 400 para 450 pontos em cada uma das áreas de conhecimento e 500 pontos na redação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

| | | |
|------------------------------------------|--------------------------|-------------------------|
| Veículo: Jornal de Santa Catarina | Editoria: Opinião | Data: 30/07/2012 |
| Assunto: Escola | | Página: 02 |

JORNAL DE SANTA CATARINA

www.santa.com.br

ESCOLA

A Escola Básica Eliseu Guilherme, do município de Ibirama, havia sido interditada em função de rachaduras provocadas pelas fortes chuvas de agosto de 2011. Um ano depois, continuamos sem solução para o caso. Continuamos tendo aulas no prédio da Udesc, uma situação realmente vergonhosa. Nossos políticos estão preocupados com a campanha eleitoral, mas não se preocupam com a segurança e a educação. Senhor governador, pedimos socorro. Queremos voltar para nossa escola.

Natália Helena Silveira
Estudante - Ibirama

Destaque do editor

“

A Escola Básica Eliseu Guilherme, do município de Ibirama, havia sido interditada em função de rachaduras provocadas pelas fortes chuvas de agosto de 2011. Um ano depois, continuamos sem solução para o caso

Natália Helena Silveira
Ibirama



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

| | | |
|------------------------------------|-----------------------------------|-------------------------|
| Veículo: Diário Catarinense | Editoria: Diário do Leitor | Data: 30/07/2012 |
| Assunto: Educação | | Página: 32 |

DIÁRIO CATARINENSE

Educação

Em meio às inúmeras manchetes negativas sobre a educação no Brasil, surpreende o título “Reconhecimento internacional para educação brasileira”, veiculado em rede social! Um estudo feito pelo Programa Harvard sobre Educação Política e Governança, mostrou que quanto ao desempenho de alunos da 4ª a 8ª série em 49 países, Letônia, Brasil e Chile foram os três países com maior avanço no período 1995-2009. Os resultados são baseados em 28 testes de matemática, leitura e ciência do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), no qual os Estados Unidos ficaram classificados em 25º lugar.



*Renato Tadeu Scoz
Florianópolis*